

**AO JUÍZO DO JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E
FAMILIAR CONTRA A MULHER DO NÚCLEO XXXXXXXX**

Autos nº XXXXXXXXXXXXXXXXX

FULANO DE TAL, já qualificado nos autos, vem, assistido pela **DEFENSORIA PÚBLICA**, perante este juízo, ante o termo de apelação apresentado em ID XXXXXXXX, requerer a juntada de suas **RAZÕES DE APELAÇÃO**, pugnando pelo seu recebimento e, posterior, remessa ao Egrégio Tribunal de Justiça do XXXXXXXXXXXX, para julgamento.

Termos em que pede deferimento.

FULANA DE TAL
Defensora Pública

Autos n° XXXXXXXXXXXXXXXX

Apelante: FULANO DE TAL

**Apelado: MINISTÉRIO PÚBLICO DO
XXXXXXXXXX**

**Colenda
Turma,
Douto(a)
Relator(a),
Ilustre Procurador(a) de Justiça.**

RAZÕES DE APELAÇÃO

DA SÍNTESE DO PROCESSO

O apelante foi denunciado pela prática da infração penal prevista no art. 147 do Código Penal, na forma dos artigos 5º e 7º da Lei n. 11.340/06.

A denúncia foi recebida no dia X de XX de XX (ID XXXX).

Regular citação em ID XXXXXX. Em audiência, foi apresentada resposta à acusação por intermédio da Defensoria Pública (ID XXXXX).

Durante a instrução probatória, foi ouvida a vítima, bem como foi interrogado o apelante.

O Ministério Público e a Defesa apresentaram alegações finais

por memoriais.

Proferida a sentença de ID XXXXXXXX, na qual o ora apelante FULANO DE TAL foi condenado como incurso na pena do artigo 147, do Código Penal, combinado com os artigos 5º, III, e 7º, II, e ainda, a pagar à vítima a quantia de R\$ XXXX (XX XXXX), com a finalidade de reparação pelos danos morais. Foi fixada a pena 01 (um) mês e 05 (cinco) dias de detenção, em regime inicial semiaberto.

Com o devido respeito, a sentença recorrida não se coadunou com o substrato probatório exibido nos autos, razão pela qual merece ser reformada.

DA REFORMA DA SENTENÇA

1) DA ATIPICIDADE DA CONDUTA

Com a devida vênia ao nobre representante ministerial, verifica-se a impossibilidade de acolhimento do pleito condenatório.

Conquanto o recorrente confesse a prática do ato, a prova oral colhida deixa claro que as palavras foram proferidas a esmo, com ânimo extremamente acirrado durante uma discussão.

Assim, afasta-se o dolo do delito, ou a consciência acerca da intenção de promover malefício, consistente em ameaça séria e real da ocorrência de mal injusto e grave, razão pela qual o fato em tela é atípico.

Ressalte-se que o delito de ameaça, para a sua concretização, exige a vontade livre e consciente do agente em intimidar, amedrontar, manifestando idônea intenção maléfica. No caso, afasta-se a consciência na “intenção maléfica”, eis que as palavras foram proferidas sem reflexão, em momento de ira.

Ademais, da oitiva do próprio áudio juntado, percebe-se que as palavras proferidas carecem de especificidade aptas a tipificar a conduta de ameaça, cujo tipo penal prescreve o seguinte:

Ameaça Art. 147 - Ameaçar alguém, por palavra,

escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico, de causar-lhe mal injusto e grave: Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa. Parágrafo único - Somente se procede mediante representação.

Verifica-se que a prescrição típica pretende punir penalmente a conduta de prometer causar mal injusto e grave, o que não se coaduna com palavras ditas de forma genérica e em momento de discussão.

Nesse sentido é a jurisprudência do TJDFT:
PENAL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. AMEAÇA NÃO CARACTERIZADA. ATIPICIDADE. ABSOLVIÇÃO QUE SE IMPÕE. RECURSO CONHECIDO 3 E PROVIDO. 1. **O crime de ameaça exige seriedade e idoneidade para sua caracterização, não configurando o crime de ameaça a mera bravata proferida pelo réu, em momento de discussão, ao retrucar a vítima, sem a intenção de ameaçá-la e sem que imponha temor a ela.** 2. Recurso conhecido e provido. (Acórdão 1294764, 07065338620198070004, Relator: DEMETRIUS GOMES CAVALCANTI, 3ª Turma Criminal, data de julgamento: 22/10/2020, publicado no PJe: 4/11/2020. Pág.: Sem Página Cadastrada.)

Nesse sentido, também já decidiu o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios:

“PENAL E PROCESSO PENAL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. CRIME DE AMEAÇA. BEM JURÍDICO PROTEGIDO. TESTEMUNHA PRESENCIAL. ANIMUS DO AGENTE. AMEAÇA PROFERIDA EM MEIO A UMA DISCUSSÃO. ATIPICIDADE. RECURSO DESPROVIDO. 1. O bem jurídico protegido no crime de ameaça é a liberdade psíquica do indivíduo, além da liberdade física, que poderá ser assegurada em razão do grande temor produzido. 2. Para configuração do crime de ameaça é necessário o preenchimento dos requisitos do art. 147 do Código Penal, que o mal seja injusto e grave, apto a intimidar a vítima. 3. **Tratando-se de uma discussão em que os ânimos estavam exaltados e a suposta ameaça foi proferida impulsivamente, sem a seriedade e idoneidade que caracterizam referido delito, a conduta é atípica.** 4. Recurso desprovido”. (Acórdão n. 561444, 20110710009414APR, Relator SILVÂNIO BARBOSA DOS SANTOS, 2ª Turma Criminal, julgado em 19/01/2012, DJ 30/01/2012 p. 228)”

(grifo nosso). E mais:

“PENAL. PROCESSO PENAL. CRIME DE

AMEAÇA. AUSÊNCIA DE SERIEDADE E IDONEIDADE. ATIPICIDADE DA CONDUTA. ABSOLVIÇÃO CONFIRMADA. 1. **A CONFIGURAÇÃO DO CRIME DE AMEAÇA EXIGE QUE A PROMESSA DE MAL INJUSTO SEJA FEITA À VÍTIMA, QUANDO A AGENTE SE ENCONTRE COM ÂNIMO CALMO, REFLETIDO, DE FORMA SÉRIA E IDÔNEA.** 2. O DESCONTROLE EMOCIONAL DO AGENTE, DECORRENTE DO

ENCONTRO INESPERADO COM O SEU DESAFETO AFASTA E DESCREDENCIA A PROMESSA DE MAL, FEITA PELO AGENTE, TORNANDO ATÍPICA A CONDUTA. 3. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA, COM SÚMULA DE JULGAMENTO SERVINDO DE ACÓRDÃO, NA FORMA DO ART. 46 DA LEI 9.099/95". (2008 04 1 003220-7 APJ, Data de Julgamento : 03/03/2009, Órgão Julgador : 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal, Relator : ANA MARIA FERREIRA DA SILVA)" (grifo nosso).

APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME DE AMEAÇA CONTRA IRMÃ. SENTENÇA 4 ABSOLUTÓRIA. RECURSO DA OFENDIDA. PEDIDO DE CONDENAÇÃO. NÃO ACOLHIMENTO. ATIPICIDADE DA CONDUTA. EVENTUAIS AMEAÇAS PROFERIDAS EM DISCUSSÃO EM QUE HOUVE XINGAMENTOS RECÍPROCOS. INEXISTÊNCIA DE SERIEDADE E IDONEIDADE DA AMEAÇA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1.

No caso dos autos, restou demonstrado que houve uma discussão entre réu e vítima (irmãos), por problemas familiares - o que, aliás, não era incomum ocorrer, conforme informações prestadas em juízo -, com xingamentos recíprocos, de forma que **AS AMEAÇAS EVENTUALMENTE PROFERIDAS O FORAM SEM A SERIEDADE E IDONEIDADE NECESSÁRIAS PARA A CARACTERIZAÇÃO DO**

CRIME. 2. Ademais, deve-se ressaltar que, após a discussão, réu e vítima continuaram a frequentar, normalmente, a residência de sua genitora, o que demonstra que as ameaças eventualmente proferidas no calor da discussão não foram idôneas para incutir real temor à vítima. 3. Recurso conhecido e não provido para manter a sentença absolutória em favor do réu, com fulcro no artigo 386, inciso III, do Código de Processo Penal. (Acórdão n.454363, 20090710145983APR, Relator: ROBERVAL CASEMIRO BELINATI, 2ª Turma Criminal, Data de Julgamento: 07/10/2010, Publicado no DJE: 20/10/2010. Pág.: 244)

Nesta mesma linha é o entendimento do nobre jurista Guilherme

de Souza Nucci:

(...) Em uma discussão quando os ânimos estão alterados, é possível que as pessoas

troquem ameaças sem qualquer concretude, isto é, são palavras lançadas a esmo, como forma de desabafo ou bravata, que não correspondem à vontade de preencher o tipo penal. Por isso, ainda que não se exija do agente estar calmo e tranquilo, para que o crime possa se configurar, também não se pode considerar uma intimidação penalmente relevante qualquer afronta comumente utilizada em contendas. (...) Do mesmo modo deve-se analisar a questão da ameaça produzida por quem está embriagado.(...)1

Diante do exposto, a absolvição por força da atipicidade decorrente da ausência de dolo, é medida que se impõe, nos termos do artigo 386, inciso III, do Código de Processo Penal.

2) DA ALTERAÇÃO DO REGIME SEMIABERTO PARA O ABERTO

O Douto Juiz sentenciante condenou o apelante à pena de 1 (um) mês e 5 (cinco) dias, em regime inicialmente semiaberto.

Em que pese os argumentos apresentados, deve ser aplicado o regime inicialmente aberto, uma vez que, mesmo sendo o réu reincidente, a aplicação de regime mais severo do que o estabelecido na lei, exige fundamentação idônea, o que não ocorreu no presente caso.

Nesse sentido é o entendimento desse Egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Vejamos:

PENAL E PROCESSO PENAL. LESÕES CORPORAIS. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER. LEI MARIA DA PENHA. RETRATAÇÃO POSTERIOR AO RECEBIMENTO DA DENÚNCIA. SUBSTITUIÇÃO DA PENA DE DETENÇÃO POR MULTA. ALTERAÇÃO DE REGIME DE CUMPRIMENTO DE PENA. CABIMENTO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. [...]

4. O fato de o réu ser reincidente não impede a fixação de regime inicial de cumprimento de pena aberto, conforme orientam súmulas registradas sob os números 719 do Supremo Tribunal Federal e 440 do Superior Tribunal de Justiça.

5. Recurso parcialmente provido.

(20100710079166APR, Relator JOÃO TIMOTEO DE

OLIVEIRA, 2ª Turma Criminal, julgado em 17/02/20< p. 20

No mesmo sentido é o entendimento do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, conforme dispõe a Súmula 440, in verbis:

Fixada a pena-base no mínimo legal, é vedado o

estabelecimento de regime prisional mais gravoso do que o cabível em razão da sanção imposta, com base apenas na gravidade abstrata do delito.

O Supremo Tribunal Federal, no mesmo sentido, também já sumulou a matéria. Vejamos:

Súmula 719: A imposição do regime de cumprimento mais severo do que a pena aplicada permitir exige fundamentação idônea.

In casu, os fatos apresentam baixa gravidade; e o agente, baixa periculosidade, mostrando-se desproporcional a fixação de regime de cumprimento muito mais gravoso ao acusado.

Além disso, o regime inicial mais gravoso deve estar devidamente fundamentado. A mera constatação, por si só, da reincidência não pode acarretar a automática imposição de regime mais severo.

Sendo assim, pela apreciação dos vetores judiciais do artigo 59 do Código Penal, nada mais justo que a eleição do regime inicial para o cumprimento da pena seja o mais brando, conforme preconiza o artigo 33, parágrafo 3º da mesma Lei:

Art. 33 - A pena de reclusão deve ser cumprida em regime fechado, semi-aberto ou aberto. A de detenção, em regime semiaberto, ou aberto, salvo necessidade de transferência a regime fechado.

(...)

§ 3º - **A determinação do regime inicial de cumprimento da pena far-se-á com observância dos critérios previstos no art. 59 deste Código.** Grifo nosso

Portanto, o caminho mais viável é a fixação do regime aberto para o cumprimento da pena.

Dessa forma, merece reforma a r. sentença, a fim de ser aplicado o regime inicial aberto ao apelante.

3) DA REDUÇÃO DOS VALORES DE DANOS MORAIS

Em relação ao *quantum* da indenização por danos morais, deve-se considerar entendimento fixado por esse TJDF: “*A falta de análise da condição financeira do réu e da extensão do dano experimentado pela vítima, impõe a fixação de um valor módico a título de dano moral*” 1.

Merece ser sopesado, ainda, que os delitos não se revestem de maior gravidade, sendo que os demais parâmetros definidos por esse Egrégio Tribunal, no bojo do Acórdão n.xxxx, xxxxxx, Relator: fulano de tal Xª TURMA CRIMINAL, Data de Julgamento: XXXX, Publicado no DJE: XXXX. Pág.: XXXX, quais sejam: “**circunstâncias concretas do caso sob análise**, a saber, a **gravidade do crime** ou da contravenção, pelo qual foi condenado o agressor, a **intensidade do sofrimento suportado pela vítima**, a **condição econômica de ambas as partes** e outros elementos de relevo presentes na espécie”, demandam a redução do quantum.

Consoante consignado no mesmo acórdão indicado, “*a indenização é mínima, isto é, deve ser fixada em seu patamar inicial, não sendo possível, na esfera criminal, se aferir a profundidade e a inteira extensão deste dano, paradigmas estes que poderão ser ponderados na seara cível, após produção de prova específica*”.

Logo, caso não se entenda pela exclusão da indenização, pede pela redução do quantum fixado para o montante de R\$XXXX (XXXXXXXX).

DO PEDIDO

Diante do exposto, requer seja conhecido e provido o presente apelo para, reformando a sentença *a quo*:

- a) seja o réu absolvido, nos termos do art. 386, III ou VII, do CPC;
- b) seja fixado o regime inicial aberto ao apelante;

c) ato contínuo, seja excluído o valor mínimo fixado para reparação dos danos causados à vítima, considerando os argumentos salientados, ou

subsidiariamente seja reduzido o quantum mínimo indenizatório para o montante de R\$xxxxx,00 (duzentos reais).

Pede e espera deferimento.

Fulana de tal
Defensora Pública